

Reflexões Sobre a Crise do Petróleo na Conjuntura de 1974

Ten. Cel. Art.

MARIO FERNANDO CAVALCANTI DE LIMA

PRINCIPAIS REGIÕES PRODUTORAS

O petróleo não se distribui uniformemente em toda a face da terra. Dentro dos continentes, as regiões petrolíferas estão circunscritas a zonas bem definidas que, em épocas remotas, constituíram enormes bacias ocupadas pelas águas de mares e lagos. São as chamadas bacias sedimentares.

No hemisfério ocidental, a principal região é a formada pela bacia do Mar das Antilhas, englobando os Estados Unidos, Venezuela e México como os produtores mais importantes.

Outra grande região produtora é o Oriente Médio, que reúne o Golfo Pérsico, a região mediterrânea oriental da Europa e os arredores dos mares Cáspio, Negro e Vermelho. A terceira zona em importância é a Oceania, compreendendo a região entre a Ásia e a Austrália, principalmente a Indonésia. As regiões árticas são atualmente consideradas promissoras, em vista dos fortes indícios da presença de petróleo.

Existem ainda várias regiões petrolíferas relativamente menos importantes espalhadas pelo mundo, como por exemplo as jazidas da Califórnia, nos Estados Unidos, da Argentina, Brasil, Equador e Peru, na América do Sul, Alasca e Canadá na América do Norte, Sibéria e Sakhalin na Ásia e Mar do Norte na Europa.

Os mais importantes produtores durante o primeiro semestre de 1974, segundo estatísticas divulgadas pelo Ministério das Minas da Venezuela, foram:

- a União Soviética, o maior produtor mundial, com uma média diária de 9 milhões e 18 mil barris;
- os Estados Unidos com 9 milhões de barris;
- a Arábia Saudita com 8 milhões e 300 mil barris;
- o Irã com 6 milhões e 100 mil barris;
- a Venezuela com 3 milhões e 100 mil barris;
- o Kuwait com 2 milhões e 800 mil barris;
- a Nigéria com 2 milhões e 300 mil barris;
- a Líbia com 1 milhão e 900 mil barris;
- o Canadá com 1 milhão e 800 mil barris;
- o Iraque com 1 milhão e 700 mil barris.

Ainda são grandes produtores: a Indonésia, a Argélia, Emirados Árabes, Qatar, o México, a Argentina e, em menor escala, o Equador, Peru, Colômbia, China e Brasil.

A procura de novas áreas

O acentuado aumento dos preços do petróleo teve, como consequência direta, uma intensificação na busca do petróleo em todos os recantos do globo. Qualquer perfuratriz disponível está em ação ou a caminho de um campo petrolífero.

Nos Estados Unidos, mais de 1.500 perfuratrizes estão operando, o que representa um aumento de 25% em relação ao ano de 1973. Não apenas procuram novos campos, como também, tendo em vista que o aumento dos preços mudou a estrutura da indústria, atuam em campos já conhecidos e em regiões anteriormente consideradas antieconômicas.

Quase todos os países estão ocupados em alguma forma de atividade petrolífera, dos trabalhos geofísicos à perfuração e à produção. Existem várias premissas comuns:

- ninguém espera encontrar uma área que rivalize com o Golfo Pérsico, simplesmente porque as condições geológicas, que fizeram do Oriente Médio o reservatório de petróleo que ele é, não existem em nenhum outro lugar;
- a maioria das futuras tentativas e provavelmente as grandes descobertas ocorrerão na plataforma continental;
- o petróleo é mais difícil de extrair e mais caro de pesquisar à medida que a busca passe para a plataforma continental e para alguns dos lugares mais agrestes da terra;
- cada vez mais, as áreas produtoras existentes serão reexaminadas com emprego de melhores técnicas geofísicas e utilização de novos métodos de recuperação.

A maioria das estimativas consideram as atuais reservas comprovadas em cerca de 600 bilhões de barris, dos quais dois terços no Oriente Médio. Ao atual ritmo de produção, de 20 bilhões de barris/ano, as reservas se esgotariam em 30 anos.

As estimativas de futuras descobertas variam, mas a previsão de British Petroleum as situam em torno de 760 bilhões de barris.

PRINCIPAIS CONSUMIDORES

Das sete mais importantes nações industriais não comunistas, apenas duas — Estados Unidos e Canadá — têm hoje produção significativa de petróleo, embora a Inglaterra tenha grandes esperanças na sua costa do Mar do Norte. Este é o

ponto crucial da crise de energia: os países que mais usam petróleo têm de comprá-lo de alguém.

Alguns problemas têm sido debatidos e ansiosamente se procura uma solução:

- Quais são as fontes disponíveis de petróleo?
- Quais são as fontes alternativas de energia?
- Quais são as possibilidades de redução do consumo de petróleo?
 - Que partes de sua indústria são particularmente afetadas pela crise de petróleo?
- Que fazer para garantir os suprimentos futuros?

Estes países procuram responder a algumas destas questões do seguinte modo:

Estados Unidos

Os Estados Unidos são o maior consumidor do mundo — cerca de um terço do consumo mundial de energia. Para satisfazer sua atual demanda de, aproximadamente, 17 milhões de barris/dia, os Estados Unidos produzem 9 milhões de barris/dia. Além disso, convertem gás natural em líquido num volume equivalente a 1 milhão e 700 mil barris/dia. A diferença é atendida por importações, hoje da ordem de 6 milhões de barris/dia.

Todavia, os Estados Unidos dispõem de fontes alternativas de energia, pois têm os maiores depósitos de carvão do mundo, que podem ser usados para compensar a escassez de petróleo, especialmente para as usinas de energia térmica.

A médio prazo, os Estados Unidos esperam atingir a auto-suficiência com a exploração dos campos do Alaska e

de sua plataforma continental, embora — como no problema do xisto (folheto pirobetuminoso) — seja bem acentuada a oposição, devido aos problemas ambientais.

Japão

O segundo maior importador mundial — 5 milhões e 400 mil barris/dia, em 1973 — e extremamente dependente de matérias-primas para seu diversificado e sofisticado parque industrial, tem sido um dos países mais abalados pelo espectro da crise mundial que ronda os países capitalistas.

No primeiro semestre de 1974, o produto nacional bruto japonês diminuiu de 8%, índice que representa o retrocesso mais profundo nas atividades econômicas do país nos últimos 20 anos.

Um estudo do *Fundo Monetário Internacional* ressaltou que a inflação no Japão atingiu seu auge em fins de 1973 e no começo de 1974, período este que coincidiu com o clímax da crise do petróleo. Nos primeiros 8 meses de 1974, seu déficit do balanço de pagamentos foi aproximadamente de 6 bilhões de dólares.

O complexo industrial construído pelos japoneses desde a Segunda Guerra Mundial depende 99% do petróleo estrangeiro. Não obstante a incessante busca em sua plataforma submarina, as esperanças não são favoráveis. No ano de 1974 o consumo diminuiu de 2%; maior economia é difícil, particularmente devido às necessidades de sua poderosíssima indústria petroquímica, fundamental pela receita em dólares que proporciona.

Na tentativa de assegurar um fornecimento crescente e ininterrupto no futuro, o Japão tendeu para o lado árabe na disputa do Oriente Médio e tem procurado trocar tecnologia por Petróleo.

Alemanha Ocidental

A Alemanha Ocidental, a nação mais rica da Europa e com as maiores reservas cambiais do mundo, é o país onde a crise energética é sentida com menor intensidade, em que pese a sua condição de terceira maior importadora de petróleo do mundo. Seu consumo diário atingiu, em 1974, 2 milhões e 600 mil barris, 95% dos quais importados.

Apesar de sua situação mais favorecida economicamente, reduziu seu consumo em cerca de 5%. Bonn revelou seus planos energéticos a longo prazo. Procurará diversificar as fontes de seu petróleo. No passado, a Líbia e a Arábia Saudita supriram a metade de seu consumo. Os alemães deverão agora procurar fontes não árabes — provavelmente a União Soviética.

França

Seu déficit de comércio é elevado. Suas reservas cambiais não são de molde a suportar um contínuo déficit no balanço de pagamentos, durante o tempo necessário para equilibrar seu comércio internacional.

A França tomou as medidas mais severas para reduzir os gastos. O governo estabeleceu um teto de 10 milhões de dólares para importação de petróleo em 1974 e determinou reduções no consumo industrial e doméstico.

A França produz 25 mil barris/dia e tem um consumo diário de 2 milhões e 500 mil barris.

Esta dependência de 99% de petróleo importado obrigou a França a uma política pragmática de aproximação com os árabes.

Esta tendência para acordos bilaterais tem continuado, não obstante a forte oposição dos Estados Unidos, que defendem a organização de um grupo das nações importadoras

com o objetivo de resistir e reagir à atitude econômica dos árabes.

Itália

O custo das importações de petróleo, dois terços dos quais da Líbia e outros países árabes, tornou a situação econômica da Itália a mais desesperada da Europa. Cerca de 2 bilhões de dólares das suas grandes reservas de ouro foram hipotecadas à Alemanha Ocidental, para ajudar a pagar o custo majorado do petróleo.

Apesar dos apuros, o governo cronicamente instável da Itália parece estar fazendo o mínimo para poupar petróleo. Todavia, o consumo, em parte por causa da recessão industrial, diminuiu cerca de 1,5% em 1974 em relação aos 2 milhões e 100 mil barris diários consumidos em 1973.

Inglaterra

Atribulada com uma desorganização industrial e crise no balanço de pagamentos, a Inglaterra, devido às medidas tomadas pelo governo, conseguiu, em 1974, uma redução de 10% no consumo, em relação aos 2 milhões e 300 mil barris diários de 1973. No entanto, a Inglaterra pode encarar o futuro com otimismo. Sua grande esperança são os enormes campos de petróleo e gás do Mar do Norte, onde os ingleses lutam contra as dificuldades locais, para desenvolvê-los rapidamente.

Além disso, a Inglaterra possui grandes reservas de carvão.

Canadá

Único país industrializado a produzir mais petróleo do que consome, o Canadá é, ao mesmo tempo, exportador e importador. A falta de um oleoduto a leste de Ontário significa

que o petróleo excedente produzido nas províncias ocidentais é exportado para os Estados Unidos, enquanto os mercados de Quebec e das províncias orientais são supridos pela Venezuela e pelo Oriente Médio. Os planos para a construção de um oleoduto para o leste estão sendo apressados.

O Canadá dispõe de enormes reservas de petróleo, praticamente intactas, nas areias de alcatrão de Atabasca, em Alberta, e grandes reservas de carvão em várias áreas. A busca por novos depósitos de petróleo está sendo feita no Ártico e na plataforma continental.

União Soviética

Contrariamente ao que está se passando no Ocidente, a União Soviética vê com satisfação, tanto do ponto de vista econômico como político os aumentos do preço de petróleo.

Apesar de ainda importar petróleo do Oriente Médio em decorrência de seus acordos políticos e comerciais, a União Soviética é um importante exportador de petróleo e tem colhido vantagens econômicas substanciais.

Politicamente, o aumento do preço do petróleo e a expulsão das companhias ocidentais do Oriente Médio diminuiu a influência que o Ocidente dispunha sobre esta importante região petrolífera, vizinha de seu imenso império.

Alguns peritos americanos em energia soviética — como o professor Arthur W. Wright — esperam que a União Soviética reestruture seu consumo de energia para se aproveitar dos altos níveis de preço mundiais. O professor Wright sugeriu que será duplo o impacto do aumento da receita petrolífera sobre a economia soviética. Em primeiro lugar, Moscou poderá se sentir encorajada a expandir a produção mais cara de alguns dos campos petrolíferos na Sibéria e outras regiões remotas ou inóspitas. Por outro lado, poderá rever seus planos de consumo interno, convertendo as usinas ge-

radoras de energia, que assim deixariam de consumir petróleo e passariam a ser acionadas por carvão, possibilitando maior disponibilidade do produto para fins de exportação.

Estas medidas trariam um maior ingresso de divisas, reduziriam a necessidade de créditos de Moscou e ajudariam a pagar as tão necessárias importações da tecnologia ocidental.

A construção de terminais de grande calado, permitindo a atracação de grandes petroleiros no Mar Báltico e do grande oleoduto de 16 mil quilômetros, da Sibéria ao Mar Negro, transformarão a União Soviética em um dos principais exportadores de petróleo.

Moscou parece voltar-se para o mercado ocidental e embora a Europa Oriental ainda continue dependendo do petróleo soviético para atender à maioria de suas necessidades, nos últimos anos a União Soviética vem instando com seus aliados para que procurem fontes adicionais do produto no mercado mundial.

PROBLEMAS INTERNACIONAIS DECORRENTES DO PETRÓLEO

Política petrolífera internacional

Até fins do século passado, os Estados Unidos dominavam, praticamente sozinhos, o mercado mundial de petróleo.

Por essa época capitais russos e suecos deram início à exploração das jazidas do Cáucaso, e, em pouco tempo, ameaçavam a supremacia norte-americana.

Pouco antes da I Guerra Mundial, capitais holandeses e ingleses começaram a exploração no Oriente Médio. A I Guerra Mundial demonstrou a necessidade imperiosa do petróleo. Com o término da guerra e o desmembramento do Império Turco, intensificou-se a penetração de empresas europeias no Oriente Médio, particularmente nos territórios sob mandato e protetorado.

O exclusivismo europeu no antigo *Império Turco* deu margem a protestos dos americanos, os quais se insurgiram contra a política de portas fechadas no Oriente Médio. Após uma luta intensa travada nos bastidores do mundo dos negócios petrolíferos, empresas norte-americanas conseguiram penetrar nessa importante região.

Novas descobertas naquela parte da Ásia intensificaram a exploração, particularmente no Iraque, na Arábia Saudita, no Bahrein e no Kuwait. Assim, ao iniciar-se a II Guerra Mundial não havia mais dúvidas quanto às praticamente inesgotáveis reservas do Oriente Médio. Terminado o conflito, houve uma verdadeira explosão de nacionalismo nessa região que culminou com a tentativa de nacionalização da indústria no Irã, pelo Primeiro-Ministro Mohammed Mossadegh. Todavia, a reação desencadeada pelos interesses estrangeiros abortou esta primeira tentativa de modificação das extraordinárias regalias que as companhias internacionais dispunham — pagavam aluguel por uma determinada área e tinham liberdade de fixar o preço e produzir o volume que fosse conveniente a seus interesses.

A partir de 1950, manifestou-se na maioria dos países produtores acentuada tendência para uma rigidez na regulamentação das condições de exploração pelas companhias internacionais.

Alguns países, como o Canadá e a Venezuela adotaram o sistema de concessões de áreas limitadas. Outros exigiam o pagamento de *royalties*, cujo montante variava de uma zona para outra.

Posteriormente, novas exigências foram sendo sistematicamente adicionadas nos contratos petrolíferos, tais como a exigência de técnicos nacionais nas empresas, reinvestimento dos lucros nos países produtores, etc.

A divisão dos lucros meio a meio foi inicialmente aplicada na Venezuela em 1943 e, em pouco tempo, era adotada na maioria dos países produtores.

A primeira nacionalização do petróleo ocorreu com a revolução comunista russa em 1917.

Em 1938 o México instituiu o monopólio estatal. Várias outras nações seguiram seu exemplo, como o Brasil, em 1954, com a *Petrobrás*.

A OPEP

A grande reação dos países produtores iniciou-se em 1960. Inquietos com a baixa dos preços efetuada naquele ano por manobras de companhias internacionais, os produtores, liderados pela Venezuela, reuniram-se em Bagdá no mês de setembro, e criaram a *Organização dos Países Exportadores de Petróleo* — OPEP — com o objetivo de defender seus direitos, negociando com as companhias petrolíferas.

Atualmente, fazem parte da OPEP a Arábia Saudita, Argélia, Emirados Árabes, Equador, Indonésia, Irã, Iraque, Kuwait, Líbia, Nigéria, Qatar e Venezuela.

Conscientes de sua força econômica — 64% das reservas, 48% da produção, 85% das exportações de petróleo — e política, esses países têm por principal objetivo a manutenção das vantagens já obtidas.

O aumento dos preços

A partir da Conferência de Trípoli, em fevereiro de 1971, os países da OPEP passaram a exigir aumento do preço do barril de petróleo.

Foi por causa da guerra de 1973 entre árabes e israelenses que os países árabes da OPEP, a pretexto de sanções políticas, reduziram ou cortaram o fornecimento de petróleo aos países que não consideravam aliados, trazendo, como consequência inevitável, a alta vertical dos preços.

Mesmo depois de restabelecido o fornecimento, a alta de preços — que beneficiou igualmente os países produtores e as companhias exploradoras e comercializadoras — mantém em precário equilíbrio econômico os países industrializados, notadamente aqueles que dependem em maior grau do petróleo do Oriente Médio.

Todavia, não foi a guerra de 1973 a única responsável pelo aumento dos preços.

Previendo a impossibilidade de um retorno à situação anterior, quando exerciam um domínio absoluto em todas as fases do ciclo do petróleo, desde a produção até a comercialização, as companhias internacionais incentivaram a alta de preços que lhes proporcionou os maiores lucros na história da indústria petrolífera.

Estes lucros eram essenciais a fim de intensificar a pesquisa em regiões hostis que exigia grandes investimentos, como o Alaska e o Mar do Norte.

Ademais, era necessário intensificar a pesquisa em torno do xisto — do qual os Estados Unidos dispõem das maiores reservas mundiais — e incentivar o desenvolvimento de novas fontes de energia.

O desenvolvimento de novas fontes de energia

As reservas de petróleo existentes e as por descobrir não acabarão a curto prazo, mas é lícito supor que dentro de 30 a 50 anos o petróleo forçosamente terá de ser substituído por outra fonte de energia que seja abundante e barata.

De qualquer modo, no futuro, o homem terá de utilizar outra fonte de energia. Para tanto, intensificam-se as pesquisas na Europa e sobretudo nos Estados Unidos.

As fontes alternativas mais estudadas são: o óleo de xisto, o carvão, a conversão em eletricidade da energia do sol, a utilização das fontes geotérmicas, o aproveitamento da energia das marés e o hidrogênio.

A crise econômica no mundo ocidental

A forte expansão econômica experimentada pela maioria dos países industrializados após a II Guerra Mundial foi, em grande parte, baseada nos preços baixos das matérias-primas produzidas pelos países subdesenvolvidos. Entre estas, avulta pela sua importância o petróleo.

Quando a OPEP quadruplicou os preços do petróleo, as economias dos países industrializados estavam superaquecidas, em pleno processo inflacionário. Os altos preços acentuaram a redução do crescimento econômico e aprofundaram a inflação mundial, ambos preexistentes à nova conjuntura petrolífera.

Pela importância desempenhada pelo petróleo, os novos preços causaram um impacto imediato nas economias dos países industrializados, com reflexos no balanço de pagamentos que passou de um superavit de 13 bilhões de dólares, em 1973, para um deficit de aproximadamente 40 bilhões de dólares, em 1974.

A opção militar

O fracasso em encontrar rapidamente uma solução para as conseqüências econômicas da quadruplicação dos preços petrolíferos e a possibilidade de um novo embargo petrolífero podem conduzir os países industrializados à procura de uma solução militar para o problema.

Declarações em 1974 do Presidente e do Secretário de Estado americanos, bem como do Ministro das Finanças alemão deixaram antever que os países industrializados examinam a possibilidade de adotar represálias militares contra os produtores.

Apesar de imoral, ilegal e de conteúdo nitidamente colonialista, a história mostra que as nações têm freqüentemente recorrido à guerra em busca de vantagens econômicas contra adversários militarmente fracos.

PETRÓLEO NO BRASIL

A primeira fase da exploração petrolífera no Brasil — através da iniciativa privada e sem nenhum êxito — teve fim com a criação do *Conselho Nacional de Petróleo* pelo Decreto-lei n.º 395, de 29 de abril de 1938.

A segunda fase iniciou-se radiante com o evento de 21 de janeiro de 1939, quando pela primeira vez no Brasil foi descoberto petróleo, em Lobato, na Bahia.

O estabelecimento do monopólio estatal, abrangendo a pesquisa, lavra, refinação e transporte, foi feito pela *Lei número 2.004*, de 3 de outubro de 1953.

A criação da *Petrobrás* — através do Decreto n.º 35.308, que aprovou seus estatutos — iniciou a terceira fase da história da exploração do petróleo brasileiro.

Até então, pouco havia sido feito em matéria de exploração petrolífera. Apenas 413 poços tinham sido perfurados, dos quais 242 produziam óleo e 24 gás.

Com as precárias condições existentes na época, ninguém podia afirmar que o Brasil era um país com potencial petrolífero, a não ser pela extensão de suas bacias sedimentares.

Necessitava-se de recursos financeiros, técnicos especializados, equipamentos de perfuração, meios de transporte, além de refinarias.

Entre 1956 e 1966, a *Petrobrás* investiu fortemente no aperfeiçoamento de pessoal de nível superior.

Pouco a pouco os técnicos brasileiros foram assumindo a direção dos trabalhos de exploração, geologia e geofísica.

Por outro lado, a economia proporcionada com essa substituição de técnicos estrangeiros por nacionais, a eliminação do subsídio ao consumo de derivados, a oficialização do mo-

no pólio da importação de óleo cru e derivados, a reformulação da Lei de Imposto Único sobre combustíveis líquidos, além de outras decisões governamentais fizeram com que se elevasse substancialmente o nível de recursos da Empresa para seus programas de exploração e produção.

As bacias sedimentares no Brasil compreendem, em terra firme, 3.165.000 km².

São consideradas áreas favoráveis do tipo "A" — com grande possibilidade petrolífera — 100.000 km² e do tipo "B", 135.000 km². O restante da área sedimentar é considerada com menor possibilidade petrolífera e classificada com o dos tipos "C" e "D".

A plataforma continental dispõe de uma bacia sedimentar de 800.000 km².

A *Petrobrás* vem concentrando seus esforços exploratórios naquelas áreas que apresentam as melhores perspectivas, notadamente na plataforma continental. As bacias do Acre, Alagoas, Sergipe, Recôncavo Baiano, Tucano e Espírito Santo, também vêm sendo amplamente pesquisadas, com auxílio de novas técnicas e novos equipamentos.

Sempre que os reestudos aconselham, maior ênfase é dada a outra área sedimentar.

Na execução de seu *Plano Geral de Pesquisa*, a *Petrobrás* vem aplicando a maioria dos investimentos nas regiões que possam proporcionar, no prazo mais curto possível, a descoberta de substanciais reservas petrolíferas.

Em todas as regiões petrolíferas do mundo, as plataformas continentais têm revelado maior produtividade do que os campos terrestres. As pesquisas realizadas por mais de 6 anos no Brasil confirmam essa tendência.

Este fato justifica a concentração de esforços da *Petrobrás* na extensa plataforma brasileira, onde se estima uma reserva de 25 bilhões de barris de óleo.

Atualmente, o Brasil consome em torno de 800 mil barris por dia. Sua produção, inferior a 200 mil barris/dia, está concentrada na Bahia, Sergipe, Alagoas, Espírito Santo e na plataforma continental sergipana.

A política de ênfase na plataforma continental vem apresentando bons dividendos. Recentemente novos campos produtores foram revelados na costa nordestina — Rio Grande do Norte, Alagoas e Sergipe — e, particularmente, na plataforma de Campos, no Estado do Rio.

O mais importante das novas descobertas é que, pela primeira vez, desde a descoberta no Lobato, o Brasil antevê a possibilidade de uma próxima auto-suficiência na produção.

No que diz respeito ao refino, o Brasil é auto-suficiente, com 11 refinarias espalhadas pelo território nacional. Deste total, 8 pertencem à *Petrobrás* e respondem por mais de 97% da capacidade total de refino do país.

No que concerne ao transporte, a *Petrobrás* dispõe de linhas oleodutos e de uma moderna frota, esta com um porte bruto da ordem de 2 milhões e 100 mil toneladas. A frota está em contínua expansão e, para o próximo quinquênio, já foram assinados contratos para a construção de navios que elevarão a capacidade total de transporte marítimo, em 1980, para além de 4 milhões de toneladas.

As atividades petroquímicas são desempenhadas através da *Petrobrás Química S.A.* — *Petroquisa* — subsidiária da *Petrobrás*, que opera unidades industriais próprias ou em associação com empresas nacionais ou mesmo estrangeiras.

A *Petrobrás Distribuidora S.A.* é outra subsidiária que, desde sua criação em 1971, cuida da distribuição dos derivados de petróleo em todo o território nacional e atende a um terço do mercado.

Para desenvolver atividades no exterior, a *Petrobrás* conta com outra subsidiária, a *Petrobrás Internacional S.A.* — *Braspetro* — criada em 1967. Associada a outras empresas

internacionais, a Braspetro já opera em vários países produtores: Irã, Iraque, Egito, Líbia e Argélia. A criação da *Braspetro* teve em vista assegurar não só a diversificação de fontes de suprimento, auferir lucros, preservar as reservas em território nacional, como também constituir-se no melhor meio para o aprimoramento dos técnicos brasileiros.

REFLEXOS PARA O BRASIL DA SITUAÇÃO ATUAL

Aumento da dívida externa

O aumento dos preços do petróleo causou uma série pressão sobre o balanço de pagamentos. De 500 milhões de dólares em 1973, as importações de petróleo pularam para mais de 3 bilhões em 1974. Este valor é superior a um terço do total recebido com as exportações brasileiras nesse ano.

Como consequência imediata do desequilíbrio do balanço de pagamentos, houve um crescimento da dívida externa brasileira, particularmente se atentarmos para o fato de que, além das contas do petróleo, existiram outras áreas deficitárias.

Necessidade de diminuição do consumo interno supérfluo

O consumo supérfluo no Brasil é particularmente encontrado na utilização do automóvel e no transporte rodoviário.

Quanto à utilização do automóvel, é necessário que o governo não subsidie a gasolina e crie condições que facilitem a produção de modelos de carro de menor consumo de combustível.

Onde o problema criado pelo petróleo terá de induzir uma mudança de ênfase é no setor de transportes. Torna-se necessário intensificar os transportes ferroviário, marítimo de cabotagem, fluvial e lacustre, além de se promover a con-

versão do transporte rodoviário a gasolina para o diesel. Isto, porém, criará, em grande parte, outros problemas.

Deve-se, também, incentivar ao máximo o transporte coletivo urbano e desestimular a utilização de automóveis particulares nos centros urbanos das grandes cidades.

Efeitos sobre a agricultura

No domínio das exportações podem surgir dificuldades para alguns produtos agrícolas, cujas altas cotações mundiais estão sendo consideradas como elemento importante para aliviar o balanço de pagamentos.

As culturas de exportação — soja, milho, café, cana de açúcar, etc — são precisamente as que mais usam os fertilizantes químicos, que são extremamente dependentes de importação.

No ano de 1974, o preço dos fertilizantes à base de petróleo — nitrogenados — subiu mais de 200%.

Sem fertilizantes, o surto agrícola de que o País necessita urgentemente para minorar a crise do balanço de pagamentos não será possível.

Necessidade de utilização de outras fontes de energia

Enquanto o progresso tecnológico não encontrar uma resposta adequada para o problema criado pelos novos preços do petróleo, deve-se procurar estabelecer as condições para utilização dos meios de que dispomos.

Em primeiro lugar, está o xisto (folhelho pirobetuminoso) o Brasil possui uma das maiores reservas do mundo deste mineral e as pesquisas visando ao seu aproveitamento já estabeleceram um *know-how* brasileiro, o sistema Petrosix, que entretanto ainda não se tornou economicamente compensador.

Deve-se procurar incentivar o aproveitamento do álcool para mistura com a gasolina, o que trará como consequência imediata a necessidade do aumento da produção da cana de açúcar e, também, de refinarias produtoras de álcool. Isto, no entanto, constitui aspecto polêmico em face da exportação do álcool e do açúcar, cujos preços no mercado internacional vêm ascendendo sistematicamente.

É urgente a necessidade de acelerar os estudos para a instalação de usinas atômicas nas regiões que necessitem de suprimento adicional de energia elétrica e que não possam ser atendidas pelas usinas hidroelétricas existentes ou planejadas.

É essencial a conversão das usinas termoelétricas existentes à base de óleo para utilização do carvão vapor.

Ademais, deve-se procurar instalar termoelétricas a carvão nas regiões do sul do País carentes de energia elétrica e que não possam ser atendidas por energia hidroelétrica.

Mudança na política internacional brasileira

A utilização do petróleo como arma política não deve afetar o Brasil em caso de um novo embargo petrolífero.

O Brasil não está envolvido na trama do jogo político do Oriente Médio, na bipolaridade do poder mundial, nem sua atitude é hostil a qualquer dos blocos.

Recentemente, seguindo uma tendência observada nos países da Europa Ocidental e no Japão, o Brasil tornou pública uma mudança sutil de sua tradicional política com relação ao conflito árabe-israelense.

Esta mudança de atitude justifica-se pelos interesses do Brasil no mundo árabe, onde a *Braspetro* já opera em quase todos os países e pela necessidade de garantir o abastecimento e de procurar uma melhor barganha de preço.

Deve-se procurar incentivar o aproveitamento do álcool para mistura com a gasolina, o que trará como consequência imediata a necessidade do aumento da produção da cana de açúcar e, também, de refinarias produtoras de álcool. Isto, no entanto, constitui aspecto polêmico em face da exportação do álcool e do açúcar, cujos preços no mercado internacional vêm ascendendo sistematicamente.

É urgente a necessidade de acelerar os estudos para a instalação de usinas atômicas nas regiões que necessitem de suprimento adicional de energia elétrica e que não possam ser atendidas pelas usinas hidroelétricas existentes ou planejadas.

É essencial a conversão das usinas termoelétricas existentes à base de óleo para utilização do carvão vapor.

Ademais, deve-se procurar instalar termoelétricas a carvão nas regiões do sul do País carentes de energia elétrica e que não possam ser atendidas por energia hidroelétrica.

Mudança na política internacional brasileira

A utilização do petróleo como arma política não deve afetar o Brasil em caso de um novo embargo petrolífero.

O Brasil não está envolvido na trama do jogo político do Oriente Médio, na bipolaridade do poder mundial, nem sua atitude é hostil a qualquer dos blocos.

Recentemente, seguindo uma tendência observada nos países da Europa Ocidental e no Japão, o Brasil tornou pública uma mudança sutil de sua tradicional política com relação ao conflito árabe-israelense.

Esta mudança de atitude justifica-se pelos interesses do Brasil no mundo árabe, onde a *Braspetro* já opera em quase todos os países e pela necessidade de garantir o abastecimento e de procurar uma melhor barganha de preço.

Investimentos árabes no Brasil

A manutenção do ritmo de desenvolvimento econômico do Brasil exige um fluxo de capitais estrangeiros capaz de assegurar a execução dos programas de infra-estrutura.

Até agora os principais fornecedores de recursos têm sido os países industrializados e as agências internacionais de desenvolvimento.

A contingência atual poderá conduzir para a necessidade de investimentos árabes no financiamento de projetos específicos em áreas carentes de recursos.

Os árabes, também, poderiam fazer parte de um banco internacional em associação com capitais brasileiros, o qual financiaria projetos indicados pelo governo.

Na iniciativa privada, os árabes encontrariam na indústria e em outros campos, uma imensa possibilidade para aplicação de seus capitais excedentes.

ASSINE

"A DEFESA NACIONAL"